

O PROBLEMA DA HEGEMONIA DO PENSAMENTO EUROPEU NO CURRÍCULO ESCOLAR PAULISTA

Amanda Veloso Garcia¹

RESUMO

Ao observarmos a história da Filosofia Ocidental é possível verificar que há diversas formas de entender a Filosofia, o que leva a compreensão de que não há uma definição única para ela. Embora a Filosofia esteja vinculada a dúvidas, no Brasil ela se apresenta cercada de certezas que direcionam o seu desenvolvimento e práticas. No presente trabalho, pensaremos essas certezas através de sua relação com a colonização. Argumentaremos que a colonização delineou um paradigma filosófico e, desse modo, constituiu a hegemonia do pensamento europeu na filosofia feita no Brasil. Os currículos que são implementados nas escolas seguem esse parâmetro delineado pela colonialidade fornecendo pouco ou nenhum espaço para reflexões que extrapolem o domínio das filosofias ocidentais e europeias. Tal paradigma leva a uma elitização da filosofia que carrega consigo a ideia de que o filosofar é uma tarefa difícil e sistemática que não pode ser executada por qualquer um, de modo que mantém a filosofia distante do cotidiano dos estudantes. Além disso, acreditamos que restringir a Filosofia a temas e autores europeus, algo que é consequência da colonialidade, pode ser prejudicial para um ensino dessa disciplina com alunos do Ensino Médio por distanciá-la do cotidiano deles e da realidade que eles vivenciam. Pensar conceitos que nasceram e se desenvolveram totalmente em um contexto europeu torna a Filosofia difícil para grande parte dos estudantes por tratar de temas que não condizem com a realidade deles. A fim de repensar o paradigma vigente, apresentaremos uma proposta pluralista de Filosofia, que extrapole os domínios da Filosofia europeia, de modo a indicar suas possíveis contribuições para o filosofar e também para as relações entre professores e alunos em sala de aula.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia. Colonialidade. Filosofia do Cotidiano. Pluralismo.

¹ UNESP/Marília

THE PROBLEM OF HEGEMONY OF THE EUROPEAN THOUGHT IN SCHOOL CURRICULUM OF SÃO PAULO

ABSTRACT

When we look at the history of Western philosophy it is possible to verify that there are several ways to understand the philosophy, which leads to understanding that there is no single definition for it. Although the philosophy is linked to doubts, in Brazil it presents itself surrounded by certainties that guide its development. In this paper, we will think these certainties through its relationship to colonization. We argue that colonization outlined a philosophical paradigm and constituted the hegemony of European thought in philosophy made in Brazil. The curricula that are implemented in schools follow this parameter outlined by colonialism providing little or no space for reflections that go beyond the domain of Western and European philosophies. This paradigm leads to elitization of philosophy that carries with it the idea that philosophy is a difficult and systematic task that can not be performed by anyone, so that keeps the philosophy distant of daily life of students. Furthermore, we believe that to restrict philosophy to European themes and authors, which is a consequence of the coloniality, can be detrimental to a teaching of this discipline with High School students by distancing it from them and of the reality everyday they experience. To think concepts that was born and developed fully in a European context makes it difficult Philosophy for most students by addressing issues that do not match their reality. In order to rethink the current paradigm, we will present a proposal for pluralistic Philosophy, which will go beyond of European Philosophy, to indicate their possible contributions to philosophy and to the relationships between teachers and students in the classroom.

Keywords: Teaching of Philosophy. Coloniality. Philosophy of Daily Life. Pluralism.

INTRODUÇÃO

A Filosofia, como qualquer outra área do saber, tem suas características próprias, delimitadas pelos acordos estabelecidos na comunidade filosófica. Intrinsecamente ligado a processos de pensamento, ao longo da história, o termo “Filosofia” vem sendo empregado para definir uma maneira específica de pensar que se faz de modo lógico, sistemático e discursivo. Como se pode notar na etimologia da palavra (do grego: *philo* = amor/amizade + *sophia* = sabedoria), a Filosofia ocidental tem origem europeia, e isto se reflete nas práticas do filosofar que são reconhecidas e fazem parte da história dessa área de investigação.

O desenvolvimento da Filosofia no Ocidente delineou um parâmetro europeu para o filosofar, que foi inserido no Brasil através de processos coloniais. Sendo assim, embora possam existir outras formas de pensamento, a Filosofia tem sido considerada um fato europeu. No Brasil, o vínculo Filosofia/Europa estabeleceu um paradigma para o que pode (ou não) ser feito nessa área do saber, gerando, assim, uma hegemonia do pensamento europeu. Por hegemonia do pensamento europeu na Filosofia entendemos o estabelecimento de um parâmetro discursivo e sistemático para a prática do filosofar, que caracterizaremos enquanto um problema, uma vez que tende a excluir outras formas não europeias de pensamento e, como discutiremos, de filosofar.

A hegemonia da Filosofia europeia se expressa especialmente através dos espaços formais de ensino de Filosofia como a universidade e, no caso do nosso objeto de análise, o Ensino Médio. Ao verificarmos o conteúdo expresso nos currículos e nos materiais elaborados notamos a hegemonia de autores europeus indicando um modo específico de filosofar. Acreditamos que esse paradigma pode ser prejudicial para uma Filosofia no Ensino Médio por afastá-la dos estudantes, uma vez que estabelece um parâmetro para pensar que difere da realidade vivenciada por eles e torna a Filosofia algo difícil e distante dos mesmos.

Nesse artigo investigaremos o cenário em que se insere a hegemonia do pensamento europeu na Filosofia no Brasil e suas possíveis consequências para uma Filosofia no Ensino Médio. Nesse contexto, o problema que direciona a presente reflexão é: “Quais são as

possíveis consequências da colonialidade na reflexão filosófica desenvolvida contemporaneamente nas escolas paulistas?”. Pretendemos apontar que a soberania epistemológica europeia se encontra na origem do ensino formal de Filosofia em nosso país, o que foi denominado por Arruda (2013) de “pecado original” da Filosofia brasileira, e que até hoje permanece como um elemento bloqueador da ousadia filosófica.

1. O CONTEXTO ESCOLAR PAULISTA E O PROBLEMA DA COLONIZAÇÃO EUROPEIA

O Estado de São Paulo, pautado no currículo oficial brasileiro, se utiliza de um material específico para o ensino de Filosofia. Tal material foi elaborado porque a realidade do ensino público mostrava variações de materiais didáticos entre diferentes escolas e até mesmo entre professores de uma mesma escola, ficando a cargo de cada um escolher o conteúdo a ser trabalhado.

Diante desse quadro, a *Proposta Curricular do Estado de São Paulo*, cuja implantação iniciou-se em 2008, surge justamente da preocupação do governo do Estado em unificar a grade curricular das disciplinas ministradas oferecendo uma educação igualitária nos diferentes contextos. Para a aplicação dessa *Proposta do Estado* foram elaborados materiais específicos em que constam os conteúdos e *Situações de aprendizagem* que devem seguidas pelos professores.

Embora a proposta nasça com o objetivo de melhorar o ensino, com isso, deixa de ser o professor quem decide sobre o que deve ensinar, tendo a obrigação de seguir o que é determinado pelo sistema de ensino para cada etapa de cada ano, o que gerou em parte uma perda de autonomia. Os *Cadernos* elaborados para a implementação da *Proposta do Estado* trazem o quê e como ensinar – chamados de *Caderno do Professor* –, e para alunos – *Cadernos dos Alunos* – constando os textos e as atividades que deverão ser desenvolvidas.

Ao analisarmos o material utilizado no contexto escolar paulista – *Cadernos do Professor e do Aluno* – é possível notar que o mesmo, como todo material didático, traz consigo uma concepção específica de Filosofia. As *Situações de Aprendizagem* do material do *São Paulo Faz Escola* estão todas pautadas em idéias, temas e problemas que se relacionam intrinsecamente à Filosofia europeia.

É possível notar a vinculação Filosofia/Europa no material através principalmente dos autores utilizados como referência. No material constam textos de autoria de: Aristóteles, Platão, John Locke, Immanuel Kant, Gaston Bachelard, Henri Bergson, David Hume, Bertrand Russell, Karl Popper, Montesquieu, Jean-Jacques Rousseau, Ernst Cassirer, Friedrich Nietzsche, Thomas Kuhn, René Descartes, Sócrates, Epicuro, Jean-Paul Sartre, Jeremy Bentham, John Stuart Mill, Paul Ricoeur, Michel Foucault, Max Stirner, Theodor Adorno, François Poirié, Emmanuel Lévinas, Max Horkheimer, Tales de Mileto, Aritófanes, Anaxímenes, Anaximandro, Antonio Gramsci, Demerval Saviani, Blaise Pascal, Lucio Apuleio, Michel de Montaigne, Protágoras, Tucídides, Pero Vas de Caminha, Thomas Hobbes, Mikhail Bakunin, Karl Marx, Friedrich Engels, John Rawls, José M. Gonçalves filho (psicologia sobre a humilhação), Márcia C. Oliveira (sobre envelhecer, direitos humanos), Octavio Ianni, Jair B. Silva, Olynoe de Gouges, Hans Jonas, Fermin Schramm & Marlene Braz, Joaquim Clotet, Oswaldo Giacoia Junior, François Châtelet, Silvio Gallo, Hannah Arendt, Santo Agostinho, Sófocles, Odilon de M. Franco Filho, Aguinaldo Pavão. Os poucos autores brasileiros que aparecem elencados não nos deixam otimistas, pois nenhum deles aparece no material enquanto fonte de estudo de seu pensamento, mas apenas enquanto comentadores de outros autores.

Acreditamos que um currículo pautado quase que exclusivamente em uma Filosofia européia pode não ser produtivo para um trabalho filosófico com alunos do Ensino Médio. Ao considerarmos as diferenças culturais, históricas e ambientais entre a Europa e o Brasil, somos levados a questionar as consequências da hegemonia da concepção europeia de Filosofia aplicada ao contexto brasileiro. Será que as peculiaridades do nosso país comportam as características do entendimento europeu da Filosofia? Embora existam pontos de convergência nas experiências vividas nos dois contextos, ter como referência a Filosofia segundo o modelo europeu pode desembocar num abandono de problemas e ideias mais específicas de nosso cotidiano. No caso dos problemas de caráter universal (isto é, aqueles que atingem diferentes contextos), pensá-los a partir dos filósofos europeus pode levar a uma repetição, algumas vezes pouco fértil, de ideias.

Vivenciamos, por vezes, experiências filosóficas diferentes daquelas propagadas por filósofos europeus. Assim, ter sempre estes últimos como parâmetro pode resultar em constante frustração, uma vez que o filosofar se relaciona ao pensamento autônomo. Nesse

sentido, a hegemonia do pensamento europeu pode constituir um problema porque nem sempre contribui para a discussão de questões que afetam o contexto brasileiro, além de instaurar, por vezes, formas dogmáticas de se conceber a Filosofia.

Um currículo majoritariamente europeu pode levar a um distanciamento entre a Filosofia e os estudantes do Ensino Médio por estabelecer um parâmetro para o filosofar que não corresponde a realidade vivenciada por eles.

2. A ORIGEM DA COLONIALIDADE NA FILOSOFIA BRASILEIRA E A CONSTITUIÇÃO DO ENSINO FORMAL

Durante longo período a Europa exerceu dominação colonial sobre povos não europeus promovendo o descobrimento (para ela) de novos territórios dos quais tomou posse. A expansão europeia se deu sob a justificativa de uma violência supostamente necessária para a ação civilizadora da barbárie dos povos de culturas “inferiores” em nome da razão, das “luzes” e do progresso. Tal contexto desembocou, segundo Santos (2010), em um “epistemicídio”, isto é, na exclusão da epistemologia² de povos não dominantes por meio de evangelização, escolarização, genocídio ou, até mesmo, devastação ambiental.

Após o período de colonialismo, que corresponde ao estabelecimento de hierarquias coloniais, os povos periféricos e não europeus passaram a viver sob o regime de colonialidade. Como explica Grosfoguel (2010, p. 467): “[...] a colonialidade permite-nos compreender a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas sistema-mundo capitalistas moderno/colonial”. Nesse sentido, a divisão império/colônia continua presente mesmo após o fim do colonialismo através das relações de poder e da acumulação de capital.

Para exercer a dominação territorial, o império precisou alterar as formas de pensamento vigentes nas colônias, uma vez que os dominados tinham de concordar com os pressupostos dos colonizadores em suas ações cotidianas. Dessa forma, a colonização gerou

² É importante ressaltar que entendemos por *epistemologia*, nesse contexto, *práticas de conhecimento*. A epistemologia, nesse sentido, corresponde a um entendimento do pensamento como uma rede de hábitos que estrutura a forma de agir no mundo, de maneira que não é algo passivo diante da realidade.

também uma dominação no âmbito epistemológico. A cultura dos colonizados foi forçosamente alterada para compactuar com os objetivos dos dominadores. Assim, o processo de colonialismo e colonialidade estabeleceram o que Santos (2010) caracteriza como uma linha, que, embora invisível, define quais epistemologias são válidas: *a linha abissal epistemológica*. Nas palavras do autor (2010, p. 31-32):

O PENSAMENTO MODERNO OCIDENTAL é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’. A divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade [...]. A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da copresença dos dois lados da linha.

Um dos lados da linha – o do dominador – determina o que é verdadeiro ou falso, certo ou errado, legal ou ilegal; e, dessa forma, o que ocorre do outro lado da linha não está sujeito aos mesmos princípios éticos e jurídicos que se aplicam ao lado dominante. Como afirma Santos (2010, p. 33-34):

A sua visibilidade [da epistemologia do colonizador] assenta na invisibilidade de formas de conhecimento que não se encaixam em nenhuma destas formas de conhecer. Refiro-me aos conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses, ou indígenas do outro lado da linha. Eles desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso. É inimaginável aplicar-lhes não só a distinção científica entre verdadeiro e falso, mas também as verdades inverificáveis da filosofia e da teologia que constituem o outro conhecimento aceitável deste lado da linha. Do outro lado da linha, não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos e subjetivos, que, na melhor das hipóteses, podem tornar-se objetos ou matéria-prima para a inquirição científica.

Em outras palavras, o olhar hegemônico estabelece que a zona colonial é o universo das crenças e dos comportamentos incompreensíveis que não podem ser considerados conhecimento científico. Estes serviriam somente como *objeto* de análise científica, porque, nesse contexto, o selvagem é visto como um sub-humano que necessita ser educado aos moldes europeus.

Com base na concepção abissal os ideais de emancipação não entram em contradição com a violência promovida por eles, pois o direito à dominação caracteriza-se como necessário e, por isso, como a “ordem natural” das coisas. É possível notar que a divisão abissal entre colonizador/colonizado continua atuante ainda hoje no mundo contemporâneo selecionando quais conhecimentos e práticas são relevantes para a sociedade. Como afirma Santos (2010, p. 40): “[...] a cartografia metafórica das linhas globais sobreviveu à cartografia literal da *amity lines*³ [linhas da amizade] que separavam o velho do Novo Mundo”.

3 A CONSTITUIÇÃO DO ENSINO FORMAL DE FILOSOFIA NO BRASIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O CENÁRIO ATUAL

O primeiro ensino filosófico que houve em terras brasileiras se deve a atuação dos jesuítas, representantes da Companhia de Jesus, que chegaram ao Brasil por volta de 1549. Os jesuítas promoveram seus ensinamentos em prol da evangelização necessária para o progresso dos povos que aqui moravam, sobretudo, num momento inicial, dos indígenas. Segundo Franca (1921, p. 2), com o aumento significativo de alunos e a constatada inexperiência dos professores fez-se a elaboração de um documento que determinasse o método a ser seguido delineando *o que e como ensinar*: o *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu*, chamado de *Ratio Studiorum*.

O ensino de Filosofia no Brasil, ainda colônia de Portugal, se desenvolveu sob a vigência do *Ratio Studiorum*, pautado exclusivamente na Filosofia de Aristóteles. Sobre o ensino da Filosofia no período colonial cabe observar algumas regras do *Ratio Studiorum*:

5. *Modéstia no refutar*. — [...] Em citá-los e refutá-los seja moderado. [...]

7. *Seguir as pegadas dos SS. Padres*. - Siga com respeito as pegadas dos Santos Padres; se estiverem de acordo sobre uma interpretação literal ou alegórica,

³ Linhas cartográficas usadas do século XVI em diante para demarcar a divisão de território feita por acordos entre países europeus.

principalmente quando falam com clareza ou tratam expressamente da Escritura ou dogma, não se aparte desta interpretação; se, porém, não concordam, das várias explicações prefira aquela para a qual há muitos anos, e com grande consenso, parece inclinar-se a Igreja.

8. *Confirmar o dogma com a Escritura.* - Se houver um dogma de fé que grande número de Padres e teólogos afirma se pode provar com a Escritura, não negue esta possibilidade. (COMPANHIA DE JESUS, 1599, n.p.)

A partir das regras 5, 7 e 8 é possível perceber que o ensino de Filosofia pelos jesuítas, baseado na necessidade de converter os nativos ao cristianismo, era permeado de uma relação dogmática com os textos e as ideias religiosas propagadas. Era preciso confirmar os dogmas da Igreja e ser *moderado* em discordar dos textos e dos professores.

Por volta de 1841, foi implantado no país o ensino oficial de Filosofia no Colégio Pedro II do Rio de Janeiro. Tal ensino foi: “[...] ministrado, em grande parte, por autodidatas, quase sempre oriundos das faculdades de direito (fundadas em 1827), dominados pelos ideários do ecletismo, do positivismo, do neokantismo e da escolástica” (MARCONDES & JAPIASSÚ, 1990, p. 2).

O ensino e a pesquisa universitária em Filosofia, tal qual concebemos, se originam com a criação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934. Para a elaboração do curso de Filosofia da USP foram convidados diversos professores estrangeiros, especialmente franceses – entre eles Etienne Borne e Jean Maugué –, para que estabelecessem seus alicerces. E, desse modo, o pensamento filosófico começou a se institucionalizar no Brasil conferindo à Filosofia o papel que tem contemporaneamente no país.

Uma experiência a se considerar para entender o contexto filosófico uspiano é a de Paulo Arantes, que estudou Filosofia na USP na década de 60. O autor escreveu o livro *Um departamento francês de ultramar* (1994) no qual promove uma reflexão sobre a formação da cultura filosófica uspiana a partir das experiências que vivenciou. Diante do cenário exposto por Arantes é possível compreender o atual contexto filosófico brasileiro, pois uma vez que a USP figura entre as principais instituições universitárias do país com reconhecimento internacional, embora não seja a primeira instituição, muito influenciou na mentalidade filosófica.

Descrevendo o contexto vivenciado durante a graduação, Arantes (1994, p. 21) explica a dificuldade em filosofar alicerçada no famoso, e erroneamente⁴ entendido, preceito kantiano: “não se ensina filosofia, só se ensina a filosofar”. Os franceses que vieram ao Brasil para a implantação do curso da USP interpretavam esta máxima de um modo particular: “Se é verdade que não se pode jamais ensinar filosofia a não ser historicamente, como queria Kant, a leitura dos clássicos vem a ser então o único meio de aprender a filosofar” de modo que “[...] o pensamento filosófico alimenta-se preferencialmente de sua própria tradição, a qual fornece os termos de comparação obrigatórios” (ARANTES, p. 72; 29, *itálico do autor*). Haja vista que Kant (2012) entendia que não é possível ensinar Filosofia, pois esta não está dada objetivamente no mundo, o ensino nos permite acesso apenas a conhecimentos históricos sobre os sistemas elaborados por filósofos reconhecidos.

Partindo da ideia de que os filósofos clássicos forneceriam aos estudantes uma base para o filosofar, foi colocado em prática no ensino fornecido pela USP um “método” com alguns “mandamentos” – nas palavras de Arantes (1994). Como explica a seguir (ARANTES, 1994, p. 22):

[...] o método incluía uma cláusula restritiva severa, explicitamente enunciada pelo mestre: deixemos a filosofia para os filósofos, dizia Goldschmidt [...] o método na verdade promovia um sistema de inibições, funcionando ao mesmo tempo como *álibi* e *carapaça protetora*. No fundo, temia-se mais que tudo o ridículo, tinha-se medo mesmo de parecer metido a besta, profundíssimo, num país de letras quase sempre amenas.

Aqueles que se dedicavam à Filosofia no Brasil, diante do cenário exposto, estavam restritos a um uso técnico da Filosofia que decorria, para Arantes, de falta de ousadia filosófica. A mentalidade propagada pelos professores franceses se assemelhava de certo modo às regras do *Ratio Studiorum* que pediam a moderação na refutação. Ainda que a ideia do “conhecer para refutar” fosse muito sensata, o método propagado na USP exigia um rigor tão alto na leitura dos textos que o momento de refutação nunca ganhava espaço. Arantes

⁴ Essa interpretação acerca da obra de Kant é errônea, pois o autor não fala sobre o ensino do filosofar, mas apenas sobre a aprendizagem filosófica. Kant afirma que “Só é possível aprender a filosofar” (2012, p. 603), no original “Man fann nur philosophiren lernen” (KANT, 1911, p. 542). No Brasil, a interpretação errônea do texto kantiano vem sendo passada de geração em geração há décadas.

(1994, p. 173) relaciona a essa falta de ousadia filosófica também o fator histórico da colonização:

[...] num país de passado colonial e portanto tão incerto de si mesmo como o nosso, compreende-se que o núcleo da vida mental mais refletida tenha girado em torno da elaboração da imagem que melhor nos revelasse (ou dissimulasse) e fixasse nosso posto no concerto das nações civilizadas.

Os autores europeus eram utilizados como parâmetro numa forma de suprir a situação subalterna que a antiga colônia se encontrava no contexto da hegemonia do pensamento. Dominar e ser capaz de reproduzir os filósofos da Europa era um modo de civilizar-se. A estagnação europeia resultou num processo de erudição, como vivenciou Arantes (1994, p. 134), que bloqueava a ousadia:

Trocando em miúdos, era esse eclipse do “teorético-dogmático” – explicaria Lebrun, [...] que alimentava por exemplo as aulas de Oswaldo Porchat, o qual pedia compreensão para os autores e não “refutação”: o juízo ficaria para depois, uma vez “levada a cabo a exigência de compreensão objetiva”.

Arantes (1994, p. 135) entende que se constituiu um *erro histórico* na Filosofia brasileira: “[...] aqui, em nosso Departamento, a história da filosofia faz as vezes de filosofia”. Conclusão parecida chegou Antonio Trajano Menezes Arruda, que também teve grande parte – do ano de 1962 a 1978 – de sua formação na USP sob a orientação do Prof. Oswaldo Porchat Pereira⁵. Em suas palavras (2013, p. 14):

A Filosofia no Brasil foi concebida num “pecado original” nos anos de 1934-35, na USP. A Sociologia teve frutos (Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique, e outros) porque vieram para o Brasil sociólogos que se interessavam por estudar a realidade brasileira, e não comentar obra alheia. A Física brasileira também teve um início semelhante, que resultou em uma boa quantidade de físicos teóricos de alto nível. Por azar nosso, um azar verdadeiramente histórico, na

⁵ O Prof. Oswaldo Porchat foi um grande defensor do método estruturalista de leitura de textos durante grande parte de sua carreira. No final da década de 1990, publicou o “Discurso aos estudantes sobre a pesquisa em Filosofia” no qual apresentou uma forma diferente de entender a Filosofia criticando o excessivo rigor do método estruturalista para uma prática genuinamente filosófica.

instituição da Filosofia predominaram os comentadores, e não os filósofos. Tinha que ter vindo um grupo de filósofos propriamente ditos, além de grupo de historiadores, é claro. Ocorre que historiadores só podem formar historiadores, do mesmo modo que só filósofos podem formar filósofos. Como disse, a Filosofia no Brasil foi gestada num “pecado original” em sua instalação: pecado porque não vieram filósofos para instaurar a investigação temática, e original, a deformação comentarista/historiográfica foi se transmitindo de geração em geração até chegar nos dias atuais.

Dito de outro modo, a Filosofia universitária no Brasil nasceu de um “pecado original” porque teve seu início com historiadores e comentadores da Filosofia e não com filósofos. Os estrangeiros que implantaram o curso da USP não tinham o filosofar como foco de seu trabalho e até mesmo não julgavam possível atingi-lo. A mentalidade comentadora-historiográfica iniciou o principal departamento de Filosofia do país e, a partir daí, determinou os modos de entender esta área do saber. Esse contexto teve implicações na concepção de Filosofia expressa nos cursos universitários, uma vez que os formados por esse período inicial da USP constituíram os demais Departamento de Filosofia do país, e também, que é o nosso foco de análise, no Ensino Básico, haja vista que são tais departamentos que formam os professores que atuam nas escolas estaduais.

O foco que os cursos de Filosofia colocam na leitura e análise de textos de filósofos estrangeiros (clássicos e contemporâneos) causa a ideia de que o filosofar é algo para pessoas superiores é muito presente. Há a crença de que para se alcançar o estágio do filosofar é necessário muito estudo e alguém que não tenha doutorado jamais poderia se dizer “filósofo”. Isso é extremamente prejudicial para uma Filosofia feita com os estudantes do Ensino Médio, estudantes estes que não optaram por uma vida dedicada à Filosofia e, portanto, tem seu interesse nessa disciplina por vezes mais restrito. Colocar a Filosofia num patamar superior e de difícil acesso pode afastá-la ainda mais dos estudantes secundaristas.

Além do que, a não presença de autores brasileiros e/ou latino-americanos acaba por gerar um sentimento de inferioridade nos estudantes. Ao abrir os materiais didáticos oferecidos pelo Estado, o estudante irá se deparar com autores que viveram contextos muito diferentes dos seu, o que diversas vezes gera uma dificuldade maior em entendê-los justamente por causa do distanciamento vivencial. Ao não encontrar autores que

compartilham do contexto que vivenciam, como, por exemplo, autores brasileiros e até mesmo latinos, os estudantes podem sentir que a Filosofia não faz parte naturalmente da vida deles e que, para estudá-la, é preciso entender o que filósofos europeus disseram antes de se aventurar em pensar seus próprios problemas. Os grandes filósofos da história pensaram seu contexto através de um conjunto de problemas que os afetavam, entretanto, no Brasil, para filosofar, temos que pensar os problemas de filósofos europeus para depois pensar os nossos. Um currículo majoritariamente europeu apresenta uma Filosofia elitizada que se torna cada vez mais distante dos alunos.

É preciso considerar ainda, tal como faz Arruda (2013), que o filosofar propriamente dito, isto é, a reflexão temática sobre a realidade; está presente no cotidiano por meio do levantamento ou resolução de problemas. Arruda (2013, p. 16) utiliza como exemplos situações comuns – proibição da saída de menores de idade na rua depois das 23hrs; a estimulação de pagamento de pensão por uma juíza, entre outros – em que sejam possíveis diversos pontos de vista; para resolver um problema desta natureza se pondera diferentes argumentos avaliando-os de acordo com alguns critérios exigidos pela situação. O pensamento propriamente filosófico, tal qual o entendemos, parece nascer na experiência cotidiana, do que nos afeta enquanto seres situados no mundo, não necessariamente motivado por pura abstração.

4. UMA PROPOSTA PLURALISTA DE FILOSOFIA

A partir das reflexões apresentadas anteriormente, pretendemos, por fim, apresentar uma proposta possível de ensino de Filosofia que tenha como objetivo ensinar o pensamento filosófico aos alunos. É importante destacar que não desejamos eliminar a Filosofia europeia do currículo, mas permitir que o pensamento genuíno ocorra. Sendo assim, faz-se necessária uma abordagem pluralista da Filosofia, em que diversas formas de pensamento, incluindo a europeia, possam se expressar. Não pretendemos recusar o pensamento dos autores, mas apenas apresentá-los e utilizá-los de acordo com as necessidades do pensamento dos estudantes.

Para alcançar o objetivo de promover pensamentos genuínos com os estudantes de Ensino Médio, alguns parâmetros precisam ser levados em consideração:

- 1- Considerar o contexto vivenciado pelos estudantes com o conjunto específico de interesses, temas e problemas que os afetam.
- 2- Permitir a copresença de diferentes formas de pensamento.
- 3- Incentivar o diálogo entre as diferentes ideias.
- 4- Permitir mais de uma forma de expressão de ideias (não apenas a escrita, mas também a produção de vídeos, danças, imagens, etc).
- 5- Não estabelecer um parâmetro único para o que deve ser pensado.
- 6- Ter como motivo para as aulas temas e não as ideias de algum filósofo específico.

É importante ressaltar que o diálogo com diferentes formas de pensamento oferece o enriquecimento mútuo de nossas formas de pensar, bem como permite a constatação das limitações de nossas ideias. Perceber que existem formas diferentes da nossa de pensar exige colocar a prova e diversas vezes mudar aquilo que pensamos.

O currículo e material do Estado de São Paulo foram elaborados com a intenção de unificar os conteúdos tratados em diferentes escolas a fim de promover uma educação mais democrática, na qual todos tenham acesso ao mesmo ensino. Desse modo, um material unificado é algo benéfico aos estudantes.

A partir de uma perspectiva pluralista de filosofia, a escolha do currículo deveria primeiramente compreender temas que afetam os mais diferentes contextos. Acreditamos que a partir de temas deste tipo, o professor poderá trabalhar problemas próprios de cada contexto escolar. Além disso, defendemos que a escolha do material utilizado seja de livre escolha do professor e que este se pautar apenas pelos temas supracitados. Assim, mantém-se o aspecto positivo de proporcionar os mesmos conteúdos básicos sem romper com a autonomia do professor.

Uma vez que a nossa proposta se pauta numa perspectiva pluralista, o professor pode adotar a metodologia que julgar necessária, porém, desde que fomente as diferenças e não tente anulá-las a partir do doutrinamento de sua perspectiva própria.

Acreditamos que a aula de Filosofia deve ser justamente um espaço, dentro da estrutura rígida que a escola oferece, para fomentar as diferenças através da troca de ideias. Desse modo, o professor deve proporcionar a emergência de diferentes formas de pensar, bem

como de sua própria sempre colocando-a também em dúvida e deixando claro seus pressupostos, para que o ensino não recaia sobre uma forma de dogmatismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de Filosofia no Brasil está pautado em autores, temas e problemas próprios da cultura europeia. Não à toa a Filosofia é vista como um fato grego. A colonização europeia teve, e continua tendo através da colonialidade, grande influência no que se entende por Filosofia, excluindo formas não clássicas de pensar e expressar pensamentos.

Nesse artigo, procuramos inicialmente mostrar como o colonialismo está presente na Filosofia trazida no material oficial do Estado de São Paulo, que se utiliza quase que exclusivamente de autores europeus. A partir disso, buscamos fazer uma análise do colonialismo no ensino formal em Filosofia no Brasil, mostrando a instituição do *comentário de filósofo* como o método a ser adotado em Filosofia.

Acreditamos que considerar a Filosofia um fato europeu, restringindo os temas e autores que podem ser considerados filósofos aos europeus, pode ser prejudicial para um ensino dessa disciplina com alunos do Ensino Médio por distanciá-la do cotidiano deles e da realidade que eles vivenciam. Além disso, pensar conceitos que nasceram e se desenvolveram totalmente em um contexto europeu torna a Filosofia difícil para grande parte dos estudantes por tratar de temas que não condizem com a realidade deles.

Um pensamento genuíno, que é necessário para que se desenvolva um filosofar, só ocorre quando somos tomados por um problema que nos afeta e nos obriga a pensar. Uma Filosofia baseada em comentário de filósofos consagrados se encontra restrita ao domínio da repetição, não contribuindo para um pensamento intrinsecamente filosófico. Desse modo, o ensino de Filosofia no Brasil têm contribuído tenuamente para a desdogmatização do pensamento, ao promover uma Filosofia de livros e não de pensamento de problemas reais que espelham concepções de mundo.

Diante do processo de distanciamento com a vida prática pelo qual passou a Filosofia no Brasil, procuramos em nossa proposta vincular o filosofar com visões de mundo que não excluem o cotidiano a fim de mostrar a gama de perspectivas existentes além do comentário de textos de filósofos europeus.

Não podemos ignorar, entretanto, as dificuldades que uma abordagem pluralista da Filosofia pode acarretar. De um lado, corremos o risco de alargar demasiadamente a esfera filosófica implicando num relativismo, que nada tem de produtivo para a busca de conhecimento visada pelo filosofar. Por outro lado, podemos instaurar uma nova forma dogmática de entender a Filosofia, que embora a desvincule do pensamento europeu, a mantenha acorrentada a outra concepção engessada.

A proposta de uma concepção alargada de Filosofia a partir de um viés alternativo ao encontrado atualmente não reflete apenas uma escolha pessoal, mas uma necessidade de nosso próprio tempo. Vivemos numa época em que o enorme avanço tecnológico permite o acesso e compartilhamento contínuo de informação, o que gera uma expansão naquilo que concebemos enquanto práticas e costumes culturais válidos. O grande número de informação que conseguimos ter acesso com a internet exige uma ampliação daquilo que antes, restritos ao nosso próprio mundo, considerávamos como válido, obrigando-nos a analisar uma gama maior de perspectivas existentes ou, ao menos, a pensar um pouco sobre elas.

Embora reconheçamos as dificuldades e críticas possíveis a esse trabalho, por uma exigência própria de nosso tempo, os riscos parecem ser inevitáveis. Haja vista que o século XXI impõe a necessidade de ampliar os horizontes parece vantajoso analisar os problemas em diversas perspectivas, além do que, a ampliação das possibilidades se relaciona a uma ampliação da autonomia.

REFERÊNCIAS:

- ARANTES, P. **Um departamento francês de Ultramar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- ARRUDA, A. T. M. **Filosofia geral e problemas metafísicos**. São Paulo: NeAD/Refedor-UNESP, 2011.
- _____. Entrevista com o Prof. Dr. Antonio Trajano Menezes Arruda. **Revista Kínesis**, Vol. V, nº 09 (Edição Especial), Julho 2013, p. 01-20. Entrevista a João Antonio de Moraes e Marcio Tadeu Girotti.
- COMPANHIA DE JESUS. **Ratio Studiorum**. Texto original de 1599. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/1_Jesuitico/ratio%20studiorum.htm>. Acesso em: 21 set. 2013.

COMUNICADO nº 003/2012 – ÁREA DE FILOSOFIA/TEOLOGIA: Subcomissão: FILOSOFIA. Brasília, 09/04/2012.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010. p 455-491.

MARCONDES, D; JAPIASSÚ, H. 4ª ed. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SANTOS, B. S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010. p 31-73.

_____. **Um ocidente não-ocidentalista? A filosofia à venda, a douta ignorância e a posta de Pascal**. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010. p 519-562.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Filosofia, Ensino Médio** (M. I. Fini, coord.). São Paulo: Secretaria do Estado da Educação, 2008.